

A história de uma história: terrorismo extraterrestre a favor do governo, Brasil 1968

A history of a history: extraterrestrial terrorism in favor of the government, Brazil 1968

Daniel Faria

<https://orcid.org/0000-0002-7925-1536> 

RESUMO

Resumo: Este artigo tem como tema os documentos, relatórios militares e noticiários sobre um grupo terrorista liderado pelo ufólogo Aladino Félix, responsável por vários atentados no ano de 1968. Há fortes indícios de que esse grupo era conhecido e até contava com apoio de altas autoridades do governo. Isso tendo em vista as pressões internas à Ditadura Militar, visando ao “fechamento” do regime – que desaguaria na decretação do AI-5. A questão central, aqui, é sobre as relações entre terror, terrorismo e política. Com implicações nos temas da racionalidade, dos afetos, dos desejos e das desrazões na vida política. Dado o aspecto insólito do caso estudado, optou-se por uma forma narrativa heterodoxa, em que a autoria do historiador do artigo é dividida em distintas vozes narrativas: a do historicista, a do niilista e a do bestializado. A estratégia narrativa deste texto é inspirada no filme *O Bandido da Luz Vermelha*, de Rogério Sganzerla.

ABSTRACT

The subject of this article are official documents, military reports and media news about a terrorist group led by the ufologist Aladino Felix, responsible for several attacks in 1968. Indications are strong that this group was known by high authorities from the government and even counted with their support. This happened when internal pressures of the Military Dictatorship Government tried to reinforce its authoritarianism, leading to the decree of the AI 5 law. The focus here is on the relationship between terror, terrorism and politics and on its implications for the rationality, affections and desires on the political life. Given the unusual aspect of the case studied, we chose a heterodox narrative form. In this article, the historian's authorship is divided into three distinct narrative voices: the voice of the historicist, the voice of the nihilist, and the voice of the astonished. This narrative strategy is inspired by the film *The Red Light Bandit*, by Rogério Sganzerla.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura militar; Idéias políticas; Narrativa historiográfica

KEYWORDS

Military dictatorship; Political ideas; Historical narrative

*"Qualquer semelhança com fatos reais ou irreais,
pessoas vivas, mortas ou imaginárias, é mera coincidência"*
O Bandido da Luz Vermelha, filme de Rogério Sganzerla

"Éta planetinha metido a besta"
Sem essa, Aranha, filme de Rogério Sganzerla

ROTEIRO DE LEITURA

Dadas as escolhas narrativas deste texto, estas notas iniciais são necessárias, uma vez que essas escolhas refletem a procura por uma escrita que apresente uma pluralidade de interpretações possíveis, diferentes, ainda que não contraditórias entre si, da história do grupo de Aladino Félix; a rigor uma discussão sobre dispositivos do terror durante a Ditadura Militar e mesmo, mais amplamente, as relações entre Estado e violência, também a que a filosofia política moderna chamaria de "ilegítima".

O caso de Aladino Félix tem aspectos um tanto quanto delirantes, quase psicodélicos - mais para uma *bad trip* de ácido lisérgico, ao mesmo tempo em que toca em aspectos centrais da história da Ditadura Militar, dadas as conexões entre Aladino e setores estratégicos do governo, ou seja, temos um caso, à primeira vista, extravagante -um grupo terrorista liderado por um ufólogo-, mas situado em jogos políticos decisivos, sobretudo em torno da decretação do Ato Institucional 5 (AI-5) em dezembro de 1968, quando o governo ditatorial ampliou o alcance de seus poderes excepcionais. Essa trama sugere a possibilidade de uma escrita historiográfica que abarque linguagens políticas diversas das pressupostas por ideias acerca da racionalidade do poder e da "normalidade liberal", uma vez que desvela aspectos despótico-paranoicos dos dispositivos estatais (FARIA 2015). Essas ideias em torno de uma "normalidade liberal", como o mostra, entre outros, Nicolas Guilhot (GUILHOT 2005), têm presença marcante na literatura internacional sobre "transições democráticas". Essa literatura se baseia na tese de que as ditaduras são uma

espécie de passado irracional, superado a partir de intervenções reformadoras guiadas por especialistas competentes, capazes de conduzir uma sociedade ao seu destino civilizatório: uma democracia controlada por mecanismos de representação, pautada pela minimização dos conflitos e pelo respeito aos direitos humanos.

Embora o tema também pudesse ser abordado por uma narrativa mais usual, optei por uma configuração narrativa que me pareceu mais condizente com a explicitação do estado de perplexidade em que o caso de Aladino nos coloca. Isso não apenas por uma questão estética, inclusive porque não há como separar a estética de um texto de suas táticas de inteligibilidade; mais precisamente, a questão é sobre os limites colocados para uma narrativa histórica pautada em modelos cristalizados de verossimilhança e o enfrentamento da própria lógica de um poder ditatorial que mascara o seu absurdo em simulacros verossímeis, que dissimula a exceção pela proliferação de leis, a ditadura pelo aparente funcionamento “normal” das instituições, a violência pela sensatez do poder que atinge “apenas” os inimigos internos da nação (CARDOSO 1997). Fiz isso sem abrir mão do cuidado com as fontes, a pesquisa e a relação com a historiografia. Nesse aspecto específico, esse trabalho segue linhas bem tradicionais.

A escolha narrativa tem duas diretrizes principais. A primeira, dividir o texto em diferentes narradores. Saí, assim, do consagrado “modo objetivo” da historiografia profissional (JABLONKA 2016). Basicamente, um modo de exposição em que o narrador coincide com o autor, mas não no sentido de um sujeito singular com suas dores e desejos, e sim no de uma subjetividade, por assim dizer, unificada institucionalmente pela metodologia. Um narrador que vê o passado como um todo e o explica aos seus leitores. Deixando, portanto, pouco espaço para a dúvida, o inacabado e mesmo o inapropriável pelo discurso historiográfico. A alternativa proposta por Jablonka é a de um modo narrativo reflexivo, em que o historiador explicita

o processo de investigação, suas lacunas, suas perplexidades e, eventualmente, suas motivações mais subjetivas. No texto aqui apresentado, optei pela multiplicação dos *eus* narrativos. Aqui cada uma das vozes narrativas é a de um historiador em potencial que reconheço, não sem certo desencanto, em mim mesmo. O Narrador Historicista, o Acadêmico Niilista e o Bestializado são vozes para diferentes táticas de estudos possíveis sobre o caso de Aladino Félix.

Admito que há uma certa ironia nesses nomes, beirando o caricatural, mas, de forma alguma, essa ironia pretende ser desqualificadora: em certo sentido eu sou e acredito nesse narrador historicista; sou e vivo nesse espaço acadêmico em que o niilismo é composto pelo excesso de citações submetidas a uma lógica pós-histórica de modas que se sucedem. O narrador historicista também é aquele que mais se deixa contaminar pelo arquivo: procurei deixar isso implícito na escrita (sobretudo no uso de adjetivos) – além de uma certa perplexidade, porque cada documento sobre o caso conta uma história diferente. E isso não por mero acidente ou pela variedade natural das fontes, e sim porque o caso é cercado dos mistérios criados pelas políticas de silenciamento e segredo em relação à memória e aos arquivos da ditadura. O niilista acumula conceitos, todos potencialmente iluminadores, mas não necessariamente coerentes ou mesmo compatíveis entre si. Por fim, não sou aqui o bestializado naquele sentido do livro de José Murilo de Carvalho, como se fosse traço sociológico de uma suposta incapacidade brasileira para a cidadania, mas me sinto bestializado no sentido mais imediato da expressão do documento (mal) usado no livro *Os bestializados*: assisto a tudo perplexo e só consigo expressar esse espanto inquieto, assustado e sem uma explicação global coerente para a história ou estratégia de saída. Nesse sentido bem particular, eu sim, e talvez o leitor também, assisto a tudo *bestializado*. Um leitor acadêmico, provavelmente, privilegiará as vozes do historicista e do niilista, mas não são elas que fazem a diferença neste texto. O fundamental aqui é a eclosão do bestializado, justamente a voz que não teria lugar num contexto acadêmico,

blasé, irônico e pretensamente sofisticado. Não fosse pela voz do bestializado, este texto não precisaria da estratégia narrativa adotada.

Essa opção por vozes distintas por certo dá ao texto aquele aspecto caricatural, quase como um roteiro cinematográfico em que personagens exagerados, estilizados, alternam-se, de modo esquemático. Porém, o texto é assim não com o intuito de definir o que é um historicista ou um niilista, não há aqui essa pretensão teórica. Trata-se apenas de máscaras possíveis e estranhas para uma historiografia perplexa. Daí a segunda diretriz, que remete à quarta voz presente no texto: a de falas do filme *O Bandido da Luz Vermelha*, dirigido por Rogério Sganzerla, lançado em 1968. O filme é baseado num personagem real, o assaltante João Acácio Pereira da Costa, e trata, de maneira fragmentária e grotesca, de sua trajetória no mundo do crime, explorando aspectos sensacionalistas da cobertura midiática sobre o bandido. Ao longo da trama, o bandido da luz vermelha tem seus passos registrados por telejornais, revistas e encontra pelo caminho personagens também caricaturais, como policiais violentos e políticos corruptos. A montagem do filme é marcada pela combinação de diferentes registros, passando pelo melodrama, por filmes de ação e pela simulação de reportagens, compondo uma espécie de repertório de estilos midiáticos e estéticos do período. Há, ali, um aspecto proposital de inacabamento e explicitação dos artifícios da produção do filme – tudo confluindo para uma visão estilizada sobre a violência urbana, o sensacionalismo, o pânico social e as fronteiras tênues entre crime e lei, bandidos e policiais, num quadro de miséria social, uma “estética do lixo” que vale como uma alegoria da história e da sociedade contemporânea (XAVIER 2014).

As frases citadas, tirei do roteiro do filme (SGANZERLA 2008), Mas, mais que isso, tentei pegar um pouco do clima do filme, que mistura a violência policial, truques de políticos picaretas, “submundos” do crime, exaltação à violência, num viés tragicômico. O filme me ofereceu aquilo que não encontrei

na historiografia acadêmica: uma estratégia formal que também funciona como interpretação, produção de inteligibilidade, para o caso Aladino Félix e, evidentemente tudo que ele evoca sobre 1968, como marco contracultural e, paradoxalmente, de intensificação dos poderes ditatoriais em meio ao terror político. Optei por cenas intercaladas, em que o historiador vai à sala de cinema à procura de elucidação das tramas do político.

Rogério Sganzerla escreveu um Manifesto em 1968, durante as filmagens de *O Bandido da Luz Vermelha*. Reproduzo aqui algumas passagens por as considerar elucidativas para o teor desse meu texto:

O Bandido da Luz Vermelha persegue, ele, a polícia enquanto os tiras fazem reflexões metafísicas, meditando sobre a solidão e a incomunicabilidade. Quando um personagem não pode fazer nada, ele avacalha.

Porque o que eu queria mesmo era fazer um filme mágico e cafajeste, cujos personagens fossem sublimes e boçais, onde a estupidez – acima de tudo – revelasse as leis secretas da alma e do corpo subdesenvolvido. Quis fazer um painel sobre a sociedade delirante, ameaçada por um criminoso solitário. (SGANZERLA 2008, p. 15).

Sobre o caso de Aladino, existem alguns trabalhos de referência. O primeiro, e mais importante para o meu texto, é a dissertação de Cláudio Suenaga (SUENAGA 1999). O trabalho de Suenaga não trata, exclusivamente, do caso de Aladino. A dissertação é mais voltada para a ufologia e para os OVNIS como mito contemporâneo. Há extensas reproduções de documentos, textos de jornais e de livros de Aladino, além de o pesquisador ter entrevistado alguns membros do grupo envolvido nos atentados, bem como o filho do Aladino, Raul Félix. Não compartilho aqui da linha de discussão desse autor sobre a questão da ufologia, mas sua dissertação, com certeza, é referência fundamental para quem quiser conhecer melhor o caso de Aladino Félix.

Quando eu terminava de escrever este texto, saiu uma reportagem sobre o caso de Aladino, baseado em documentação do Superior Tribunal Militar (QUADROS 2018). A matéria é menos centrada na questão da ufologia e mais no tema da relação do terrorismo de direita com a ditadura militar e a decretação do AI-5. A matéria é excelente, apesar de se apresentar aos leitores como se fosse um furo de reportagem. Uma simples pesquisa teria revelado ao autor da reportagem a existência da dissertação de Suenaga que, ao seu modo, apresenta de modo convincente essa mesma tese: a de que o grupo de Aladino tinha vínculos com setores do governo, que suas ações não foram autônomas e que elas visavam à criação de pretextos para o “endurecimento” do regime; uma pesquisa na hemeroteca da Biblioteca Nacional também teria revelado ao autor da reportagem que essa mesma tese já era apresentada, com outros fundamentos, pelo periódico *Movimento*, em matéria da edição de 04 a 10 de dezembro de 1978, que tratava mais especificamente de Erasmo Dias, então Secretário de Segurança Pública de São Paulo e denunciado por atuar junto a grupos terroristas de extrema-direita. Ali casos como esse, o de Aladino, e o caso Para-sar, plano de atentados e execuções denunciado em 1968, em que o responsável era o brigadeiro João Paulo Burnier, eram comparados ao incêndio do Reichstag. Segundo a matéria, Aladino Félix era “um estranho indivíduo conhecido por falar em discos voadores e interpretar profecias de Nostradamus” e que teria assumido a autoria de vários atentados, em 1968, dizendo estar sob ordem do general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar do presidente Costa e Silva, conhecido por ser um dos mais árdios defensores do endurecimento do regime, o que viria no final daquele mesmo ano, 1968. No item “Os embalos terroristas de Sábado Dinotos” (Sábado Dinotos era um dos pseudônimos de Aladino) *Movimento* afirmava que Aladino Félix nasceu em Piquete, São Paulo, e que teria sido operário de uma fábrica de explosivos do Exército nessa cidade (informação que não vi em nenhum outro lugar).

Por fim, observe-se que havia militares que também se preocupavam com o fenômeno dos objetos voadores não

identificados, não necessariamente por acreditarem que se tratasse de discos voadores tripulados por extraterrestres. Esses objetos aparentemente se multiplicaram no pós-guerra e suas aparições têm fortes vínculos com a questão da tecnologia militar, não somente em seus aspectos técnicos, mas também as ansiedades, o pânico e os traumas decorrentes da militarização do espaço aéreo, bem como a lógica política da Guerra Fria (SCHRAMM 2016). No pós-guerra, houve uma intensa mobilização do imaginário político em torno desses objetos voadores, ora sob esse prisma das tecnologias militares, ora mediante a tese de que os objetos eram tripulados por seres extraterrenos. Nesses seres, por sua vez, eram projetados anseios e medos catastróficos, tingidos pelos climas asfixiantes do anticomunismo e da hecatombe atômica (SANTOS 2015).

Abertura

São Paulo, século XX, lá embaixo está o prédio da delegacia do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); seu telhado sujo e carcomido contrasta com a imponência vista do chão pelos simples transeuntes. Observando-se assim, de cima, não entendemos como esse prédio, por si só, impõe tanto respeito, medo mesmo. Quando passam em frente, as pessoas ficam em silêncio, param de rir, tomam ares de seriedade, como se alguém mal-intencionado as estivesse observando meticulosamente, são obrigadas a mudar de calçada, indo ao outro lado da rua. Descendo mais um pouco, chegamos à altura das amplas janelas. Pelo vidro, vemos delegados e policiais conversarem animadamente, andando de um lado para outro, orgulhosamente exibindo seus revólveres na cintura. Um homem, numa sala fechada, atulhada de pesados arquivos de madeira escura, senta-se à máquina de escrever e olha para a janela, para o céu, em aparente devaneio. Nós entramos pela janela e percorremos os corredores do prédio. Ele parece um daqueles prédios de escritórios comuns, em que pese a arquitetura triunfal da fachada. Mas num canto, algumas salas se destacam das outras, pelas portas pesadas, pelos cadeados

e pelas correntes de metal. Numa das celas, com o corpo marcado de queimaduras, socos e pontapés, deitado numa cama muito apertada e suja, outro terráqueo parece tentar dormir.

Sim, é ele mesmo, o homem que ia explodir o planeta, o unificador das 12 Tribos de Israel, o enviado de Júpiter e vingador de Vênus. Agora, ele espera numa cela. Espera o quê? Eles viriam em seu socorro? Eles, quem? Os militares? Os alienígenas? Quem, afinal de contas, é esse terráqueo? Que país é este? Num momento histórico terrível, um verdadeiro faroeste intergaláctico de outro mundo.

O narrador historicista, ou o sofredor do mal-de-arquivo: Dezoito de dezembro de 1968, o delegado de polícia do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, Benedito Sidney de Alcântara, fundador da loja maçônica de Aguaí-SP nos idos de 1954, portanto um homem iniciado nos mistérios orientalistas do culto à razão e nos prazeres do pertencimento de uma seita de autoproclamados notáveis, concluía seu relatório sobre o inquérito movido contra o “grupo terrorista liderado por Aladino Félix, vulgo Sábado Dinotos.”¹

1 - "Roteiro de inquérito CAMPO PSICOSOCIAL — Anexo, esta Agência remete exemplar de um Roteiro de Inquérito, elaborado pelo DOPS/SP, sobre o grupo terrorista liderado por Aladino Felix, vulgo Sábado Dinoto". ASP ACE 6976 81. Arquivo Nacional, Fundo SNI.

Escrito em meio a arquivos que continham milhares de fichas sobre subversivos, ao lado de celas em que presos lidavam com suas feridas e conjecturavam sobre o amanhã, num prédio cujo complexo de onipotência se concretizava em suas estruturas de ferro e em que as janelas amplas apenas permitiam que o calor abafado vindo da rua atingisse de modo ainda mais inclemente aquelas figuras, que mais pareciam fantasmas saídos de um conto policial. O relatório, nem por isso deixou de lado as artes literárias e os devaneios líricos e metafísicos, que a lida com o crime tantas vezes proporciona a seres brutos e impressionáveis. Delegados de polícia, coronéis, generais, homens da lei, forjados no utilitarismo do terror e da violência, nem por isso deixam de se admirar com a solidão das estrelas e a vigência da lei e da ordem em escalas cósmicas,

frente ao coração insondável dos terráqueos, sobretudo os subversivos.

Ungido com o nome santo de Benedito, o delegado iniciava seu opúsculo (não era alta literatura, mas o que esperar de um relatório escrito numa quarta-feira ensolarada, dias depois de ser anunciado pelas televisões de todo o país que o terrorismo *obrigara* os governantes a concederem a si mesmos poderes extraordinários?), com considerações históricas sobre o terrível ano de 1968:

Conquanto seja finalidade precípua do presente relatório expor tudo quanto foi possível investigar e apurar, no que tange ao impatriótico movimento terrorista que vem preocupando todos que desejam um Brasil engrandecido o ordeiro (...)

O Narrador Historicista, ou o sofredor do mal-de-arquivo: (...) “necessário se torna, embora seja do conhecimento geral, se trace o quadro histórico que nos trouxe, como consequência, reações sangrentas que, a todo custo, nos empenhamos em debelar.” Sem revelar em seu relatório de que reações sangrentas se tratava, e quem eram os responsáveis por essas mesmas reações, o delegado prosseguia: depois de vitoriosa a “Revolução de Março do 1964”, o governo adotara “medidas saneadoras”, colocando o país “no verdadeiro caminho da ordem e da democracia”, aplicando sanções contra aqueles que pretendiam transformar o Brasil em mais um “satélite de Moscou”, corruptos e subversivos, insatisfeitos com a derrota de seus planos maléficos procuraram então, por todos os meios, realizar sua revanche.

Na leitura do delegado, esse quadro histórico ensejara a emergência de duas forças, a direita e a esquerda, essa procurando, por todos os meios, levar a Nação para o regime comunista; aquela pretendendo que se adotassem medidas drásticas e radicais para derrotar os comunistas. Como criaturas dessas forças, alertava o delegado Benedito, “têm

3 - “Frente a Ortega y Gasset no caben actitudes mezquinas. Lo que representa es demasiado para oponerle, como algunos ingenuamente pretendieron, la conjuración del silencio, o para rastrear contradicciones en la suprema consecuencia de su pensamiento”. (BOFILL, 1946, p. 225).

surgido autores audazes, que instituiriam no País um clima do terror”. Daí a extensa lista de atentados: roubos de armas, assaltos, bombas; ao todo 30 investidas, entre dezembro de 1967 e agosto de 1968.

O grupo liderado por Aladino estaria entre aquelas forças indóceis da direita, sendo responsável por atentados como o da bomba lançada nas proximidades do Quartel General do II Exército a 15 de abril de 1968; a explosão de bomba na noite de 15 de maio de 1968 na Bolsa de Valores; a detonação de explosivos nas “dependências sanitárias” do prédio onde funcionava o Departamento de Alistamento das Forças Públicas de São Paulo; bem como um assalto ao Banco Mercantil a 01 de agosto de 1968. No caso do assalto, escrevia o delegado, ficara patente a responsabilidade intelectual do soldado da Força Pública, Jessé Cândido do Moraes, braço-direito de Aladino Félix, e a participação direta dos terráqueos “Ica”, “Corisco” e “Baixinho”, “todos maconheiros e conhecidos malandros.”

Quem é este terráqueo que se assina com o peculiar pseudônimo de Sábado Dinotos? Perguntava o relatório. Em um de seus livros, anotava o reflexivo delegado da ordem social e política, sob as ondas de calor abafadas pela frente fria que se avizinhava, Aladino asseverava que os chamados *Discos Voadores* que atormentaram a humanidade nas décadas seguintes às guerras mundiais vinham de Júpiter, planeta habitado por uma raça superior, cuja missão era livrar a humanidade da maldição em que ela recaíra desde os tempos bíblicos - salvação que, para Aladino, se daria por meio de uma hecatombe redentora.

Somente os puros sobreviverão à catástrofe, escrevia o delegado, sentindo a tentação de recair em devaneios metafísicos que o desviariam de seu dever de defensor da ordem. Os demais povos perecerão nas chamas, “por serem impuros e em virtude de originarem de Vênus, Marte, Saturno e outros planetas considerados de categoria inferior.” Devido a esses contatos mais que especiais, Aladino Félix soube de planos

secretos de conspiradores revanchistas contra o “movimento de 1964”, advertindo imediatamente seus conhecidos no exército, como o terráqueo e general da reserva do exército Paulo Trajano da Silva. Este, por sua vez, informara outros militares, chegando à diretoria da Polícia Federal, na pessoa do terráqueo Florimar Campello e à chefia do II Exército, na figura do coronel Edgar Barreto Bernardes, e mesmo ao Gabinete Militar da Presidência da República, órgão de extrema relevância, uma vez que abarcava a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, a cargo do general Jayme Portella – conspirador sensacional, braço-direito do ditador, no cargo-simulacro de Presidente Costa e Silva. Como numa verdadeira transmissão de alarmes telepáticos, um braço-direito passara a informação para outro braço-direito, levando o pânico a todo o governo – pelo menos de acordo com o relatório do delegado. A senha para a explosão da rebelião revanchista seria dada por Carlos Lacerda, um dos maiores instigadores do golpe de 1964, então em conflito com o Governo devido às suas pretensões pessoais - Lacerda queria ser, ele mesmo, o ditador e acabou sendo colocado em segundo plano pelos militares-, em discurso em janeiro de 1968, razão pela qual as Forças Armadas se colocaram em prontidão, realizando manobras que, dias depois, a imprensa cínica tratou com deboche, taxando-as de ostentações ridículas e paranoicas do poder. Depois disso, Aladino decidira partir para ações mais audazes, com o objetivo de implementar o clima de terror, defendido pelos grupos radicais defensores da ordem que acreditavam que o governo precisava ser mais duro, implacável e ditatorial.

O delegado, e maçom, Benedito Sidney de Alcântara, postulou em seu relatório questões do mais alto grau de especulação mental. Sobre Aladino,

seria ele uma mescla de gênio e louco, um visionário, um místico, um paranoico, um mitômano, um profeta, ou então... nada mais que um CHARLATÃO? Somente um exame psiquiátrico poderia revelar essa personalidade de tão estranhas qualificações.

Os seguidores de Aladino, qual a razão do fascínio que sentiam por seu líder, “os elementos de seu grupo, mesmo depois de presos, não aceitam a hipótese de Dinotos ser um débil mental.”

Face ao conteúdo do relatório elaborado por Dinotos conclui-se ser ele um visionário, com fértil poder imaginativo, baseando-se raras vezes em informações procedentes, outras expedindo conceitos duvidosos, mas às vezes externando situações reconhecidamente existentes, conseguindo impressionar qualquer pessoa que se disponha a ouvi-lo. O cabedal de conhecimentos que tem acerca de vários assuntos, principalmente os atinentes às esferas reservadas, tornava-o um homem de certo valor – pelas informações que possuía e fornecia. Com essas qualificações conseguira penetrar em alguns setores reservados da administração do país, já que passara a ser considerado elemento útil, e verdade é, que colaborara com as causas da Revolução de 31 de Março.” Para seus seguidores, era o próprio “Salvador da Pátria” e o assunto sobre discos voadores era a “isca dourada” que ele usava para angariar adeptos. Pelos oficiais era ouvido, mas considerado pessoa com “ideia fixa sobre subversão, atentados e conspirações”, o que explicaria os documentos em sua posse, dados por oficiais do Exército e que agora ele usava para implicá-los como cúmplices e mesmo autores intelectuais de seus “atos sinistros”.²

2 - Roteiro de inquérito CAMPO PSICO-SOCIAL — Anexo, esta Agência remete exemplar de um Roteiro de Inquérito, elaborado pelo DOPS/SP, sobre o grupo terrorista liderado por Aladino Felix, vulgo Sábado Dinoto”. ASP ACE 6976 81. Arquivo Nacional, Fundo SNI.

3 - ACE ACE_SEC_121265_70_001(01). Arquivo Nacional, Fundo SNI.

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: Depois de uma cena em que o Bandido da Luz Vermelha assassina impiedosamente uma vítima indefesa, um noticiário luminoso expõe uma chamada sensacional sobre o criminoso: “O Monstro Mascarado, o Zorro dos Pobres”.

O narrador historicista ou o sofredor do mal-de-arquivo: Em documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), o órgão que central da espionagem em nome da Segurança Nacional, agência de São Paulo, datado de 03 de março de 1970, constam prontuários de 19 cidadãos, entre eles, Aladino Félix.³ A 13 de setembro de 1968, o misterioso

terrâqueo, depondo na 9ª Vara Criminal, declarou que ele, suspeito de ter mandado explodir uma bomba em frente ao DOPS e duas outras nos foros de Santana e da Lapa, estava a serviço da Casa Militar da Presidência da República, mandante direta desses atos. Essas afirmações seriam repetidas pelo vidente ao longo daqueles meses. Ao *Jornal do Brasil*, segundo consta no prontuário, teria sido passada a informação de que Aladino dizia que a causa de sua prisão tinha sido a recusa de colocar bombas em unidades da Marinha e da Aeronáutica – a recusa seria motivada por uma espécie de pudor, porque ele considerava essas explosões em particular como ações temerárias e violentas.

Jayme Portella de Mello, por sua vez, não era terrâqueo menos enigmático do que Aladino. A respeitabilidade da farda de general e o fato de Jayme Portella nunca ter relatado um contato com extraterrestres vindos de Júpiter, fazem dele uma daquelas figuras adequadas à sensatez (de quem?). As aparências enganam mesmo os pesquisadores mais atentos. Poucos anos depois desses acontecimentos de 1968, ele escreveria um livro para justificar a si mesmo, ao governo Costa Silva, à “revolução de 1964” e ao AI 5 como medida necessária para salvaguardar a todos os três (PORTELLA 1979). A escrita detalhista do livro parece ser composta por excertos de um homem-máquina, um general metódico e constantemente preocupado com as artimanhas da conspiração. Em meio a mudanças caóticas de tema, sem ênfase num assunto ou outro, ou mesmo foco narrativo, o general falando de si mesmo na primeira e na terceira e mesmo na quarta pessoa, com registros obsessivos – mas nem por isso sem mentiras ou omissões, pelo contrário.

Seria Jayme Portella um maníaco da informação e contrainformação, mentindo a si mesmo, ao público e sobretudo àquele a quem dizia servir, quando o conduzia arditamente aos seus próprios fins, ninguém menos que o ditador Costa e Silva? Falando de si mesmo em terceira pessoa, aqui tratando das disputas internas do governo em

torno da questão do “endurecimento” do regime, Portella dizia que o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional apresentou ao Presidente um relatório, com base nas apurações de todo o sistema nacional de informações, mostrando que o plano de agitação tinha muita profundidade e recebia apoio externo.

Donde que, “a certa altura, o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, já sugeria ao Presidente a decretação do Estado de Sítio”, isso em reunião a 04 de julho de 1968. (PORTELLA 1979, p. 566)

O Acadêmico Niilista, perdido entre tantas citações:

Em entrevista realizada pouco depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, Jacques Derrida (BORRADORI 2003) indicava uma necessária, e mesmo urgente, reflexão sobre o campo conceitual do terrorismo. Afinal, onde está a linha divisória entre conceitos como guerra, política e terrorismo? O que, por outro lado, diferenciaria o “terror” do pânico, da angústia, do medo? Isso, considerando que a própria filosofia política moderna instaura esses afetos e sentimentos como fundadores do exercício do poder legítimo. Nesse sentido, a propagação de imagens e termos associados ao terrorismo não seria, ela também, uma reafirmação do poder soberano por meio daquilo que Derrida nomeia como poder “tecnoeconômico da mídia”? Ou seja: os atentados nomeados como terrorismo não se alimentam do próprio mecanismo político e midiático que, aparentemente, denunciam o horror? De modo que o terrorismo “legítima” o outro terror, considerado legítimo, porque em nome do Estado? A vulnerabilidade de nossos corpos diante de máquinas que movem forças diante das quais nos apequenamos não é o que faz de nós uma população cativa entre dois ou mais terrores que supostamente se excluem? A lógica dessa proliferação do terror é lida por Derrida no sentido de uma espécie de “perversão autoimune” do poder. No caso dos atentados aos Estados Unidos, os “terroristas”, em sua maioria, foram treinados e organizados durante a guerra

do Afeganistão, quando os Estados Unidos alimentaram uma *jihad* norte-americana contra o “Império do Mal” soviético. A própria declaração de guerra contra o “terrorismo” alimenta o terror que se quer combater, numa lógica suicida. Aladino Félix poderia, assim, ser pensado como um desses eventos em que o Estado entra num circuito suicida, autoimune.

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: Na tela do cinema, mais títulos simulando um noticiário luminoso, dessa vez anunciando a natureza daquele filme, como uma advertência ao espectador: “Os personagens não pertencem ao mundo, mas ao Terceiro Mundo”.

O Bestializado: Sim, eles nos amam. Eles se compadecem de nossa miséria. Eles se perguntam: até quando? Mesmo quando estão com os olhos roxos de vinho, eles nos reservam um pensamento (“carmesi, cor que a gente tanto preza”, eles recitam em nossa memória). O mundo assusta. A vida é cruel. A cidade é inóspita. Nossos sonhos, insólitos. Mas podemos dormir seguros, ao menos quanto a isso. Eles se importam. É preciso que todos saibam: eles se preocupam com nossa má sorte.

4 - ACE_ ACE_SEC_121265_70_001(01). Documento do SNI, agência de São Paulo, datado de 03 de março de 1970. Arquivo Nacional, Fundo SNI.

O Narrador Historicista, ou o sofredor do mal-de-arquivo: Historiadores perdidos entre os incontáveis documentos do Serviço Nacional de Informações, o “monstro” que o “bruxo” general Golbery criou em 1964, retornemos aos “Prontuários de 19 cidadãos, entre eles, Aladino Félix”.⁴ Nesse prontuário, uma nota, datada de 23 de dezembro de 1968, afirmava que Aladino tinha sido solto “por equívoco”, saindo da Casa de Detenção, onde estivera preso, por ordem de um desavisado juiz de direito. Fuga da prisão mais fácil do que essa, só a do renomado cabo Anselmo, o agente infiltrado por meio de simulacros em organizações da luta armada da esquerda.

Em outra nota do Jornal do Brasil, a 30 de agosto de 1968, constava que o inquérito da Força Pública de São Paulo sobre a bomba explodida em seu Quartel General “misteriosamente desapareceu”. Do mesmo jornal, o prontuário reproduzia a matéria intitulada “Conclusão policial não convence”, de 01 de setembro de 1968; ali, sem se citarem nomes, dizia-se que “setores do governo do estado” não estavam satisfeitos com a atribuição ao “ilusionista” Aladino do papel de “cérebro dos atentados e assaltos em S Paulo”, tendo em vista a explicação dada pelo próprio vidente de que o objetivo das ações era forçar uma intervenção federal em São Paulo e o consequente “endurecimento” do regime. A tese da liderança de Aladino Félix seria, na visão “dessas autoridades” cujos nomes a matéria preferia não revelar, uma saída fácil, porque tudo sugeria a participação de pessoas com responsabilidades maiores:

O comentário de que a responsabilidade do místico Sábado Dinotos é o mais conveniente às pessoas que pretendem colocar uma pedra sobre o assunto, parte da suposição de que ele, mais que um homem com ideias escatológicas ou ideológicas, é um paranoico. A colocação de seu nome em evidência o enquadra, segundo o raciocínio daqueles informantes, como uma peça cômoda para que se deite um manto de silêncio e mistério sobre o assunto. Os setores insatisfeitos com os resultados das investigações ponderam que – estranhamente – não se fez, ou se foi feito não se deu conhecimento do resultado, nenhum exame do equilíbrio mental do principal personagem dos atos terroristas. Para esses setores, um homem que diz ter viajado ao planeta Vênus, conversado com marcianos, atravessado paredes, e recebido de anjos a chave da língua universal é, afinal para ser visto com certas reservas.

5 - AC ACE 28088
070. Arquivo Nacio-
nal, Fundo SNI.

Aladino Félix, depois de solto por “equivoco”, em dezembro de 1968, foi capturado e preso novamente. Em sentença do Conselho de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, encaminhada ao Serviço Nacional de Informações a 17 de abril de 1970,⁵ considerava-se que o relatório do DOPS-SP era mal fundamentado, uma vez que as provas elencadas se resumiam a confissões de Aladino e membros do seu grupo.

Confissões, por sinal, isso a sentença não diz, conseguidas mediante torturas. O único crime comprovado teria sido um furto de armas da Força Pública de São Paulo. Levada pela emergência e pela pressa, a autoridade policial paulista teria se precipitado, quando capturou Aladino e seu grupo, ao alegar que tinha desmantelado a “gang do terrorismo”.

Acrescentou a defesa que fatos antes atribuídos a Aladino Félix e seu grupo são hoje, pela mesma Polícia, atribuídos aos grupos comunistas em perigosa militância subversiva, de cuja existência não se pode, hoje em dia, ter a menor dúvida. O próprio Aladino Félix, interrogado pelo Conselho, afirma que todos os atos de terrorismo que lhe foram atribuídos e aos seus companheiros, foram praticados pela Ala Marighela. O valor lógico dessa argumentação é irrecusável.

Mesmo assim, Aladino, na qualidade de mentor do grupo e líder ao ato terrorista do furto de armas, era condenado a 5 anos de reclusão. De acordo com as fontes disponíveis, depois de dezembro de 1968 seguiu-se um longo silêncio sobre a história de Aladino Félix nos jornais. Apenas notas curtas referentes a condenações e sentenças. Assim, no *Jornal do Brasil*, a 14 de janeiro de 1973, noticiava-se que o advogado de defesa Juarez Oncillon Aires de Andrade interpusera recurso contra decisão do Superior Tribunal Militar, que reduzira a pena de Aladino a 8 meses de prisão, por ser ele considerado, depois de laudo psiquiátrico, semi-imputável, fronteiriço. De acordo com o advogado, Aladino recusava essa conclusão do processo porque se considerava um homem de gênio, de “quociente de inteligência” acima da média de todos os outros cidadãos e, por isso, incompreendido pelos terráqueos, especialmente os terráqueos do território brasileiro. Por outro lado, seguia a notícia:

A Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em parecer já emitido, afirma que ‘os frágeis e incongruentes argumentos da defesa não fazem sentido.’ Depois de aludir ao que chamou de ‘processo da loucura’, a chefia do Ministério Público Militar declara que ‘Aladino

Félix, o Sábado Dinotos, gênio iluminado, reunificador das 12 tribos de Israel, e Messias redivivo, como ele mesmo faz questão de se denominar, arrastou de cambulhada, em suas fantasias, soldados da Força Pública do Estado de São Paulo, induzindo-os a praticar a subtração de armas daquela corporação para uma reação hipotética ao golpe que se tramava contra o governo Costa e Silva. Até mesmo um general do Exército caiu no logro de Aladino, mostrando a força de sua persuasão doentia.

“Lunáticos seguidores – os infelizes soldados da Força Pública de São Paulo”. Observe-se que a atribuição de doença mental a Aladino estendia-se a um poder doentio de conseguir adeptos e iludir as pessoas. Seria o poder persuasivo um sintoma da doença? Ou a doença um sintoma do poder persuasivo? Sim, porque, de acordo com a sentença, homens racionais e são, de certa forma, foram adoecidos pelo fascínio do vidente. Esses pobres defensores da ordem e mesmo o general, e o próprio diretor da polícia federal, portanto, também se tornavam, de certa forma, semi-imputáveis. Sob efeito do encantamento pela figura de Aladino Félix, o próprio general Paulo Trajano da Silva tinha sido levado à conivência com os atentados terroristas, sendo, por sua vez, por agir em boa fé e defesa da pátria, não apenas semi-imputável, mas também inimputável! Não eram injustificadas as inquietações metafísicas do delegado do DOPS: entre os poderes extraordinários de Aladino Félix e os poderes extraordinários do Ato Institucional n.º 5, há mais coisas do que sonha nossa vã historiografia!

O bestializado: Não há bombas limpas, diz a poesia. Já os inquéritos e relatórios sobre Aladino Félix parecem procurar justamente isso: a hipótese de que se tratava de bombas limpas.

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: vemos o bandido numa cena de perseguição, um tanto insólita, uma vez que ele vai num táxi seguido por carros policiais. O narrador, simulando uma voz grave de apresentador

de telejornais, diz ao fundo: “Ninguém sabe quantos assaltos, roubos, incêndios e atentados ao pudor ele já praticou. Com 22 anos e 22 mortes ele, o Bandido Mascarado, foi condenado a 167 anos 8 meses e 2 dias de reclusão – além de multa de 15 contos, mas se for levado novamente aos tribunais poderá pegar 480. Só se safará dos seus crimes, se conseguir provar que é louco”.

O Narrador Historicista, ou o sofredor do mal-de-arquivo: Nas páginas dos jornais de 1968, outros enigmas e arcanos do poder eram comentados por jornalistas em estado de choque, dando origem às mais variadas especulações, cósmicas, terrenas, cínicas e sórdidas. O Brigadeiro João Paulo Burnier, o militar aeronauta responsável pela criação do CISA, serviço de espionagem da Aeronáutica, era acusado publicamente pelo capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho de, em reunião a junho de 1968, tentar fazer dos paraquedistas uma força especializada em assassinatos políticos, além de apresentar um plano de atentados terroristas de grande escala, um verdadeiro banho de sangue tingindo de vermelho o território nacional, que seriam atribuídos às esquerdas. A ideia de Burnier era a de que esses atentados terroristas revelariam ao público distraído a verdadeira face dos comunistas. “Antes que os comunistas comecem seu reinado de terror, eu mesmo o faço, alertando o governo e pegando os comunistas de surpresa”, é o que Burnier teria dito a um historiador, se ele tivesse o dom da onisciência ou ao menos poderes telepáticos.

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: Num assalto a uma mansão, o Bandido encontra uma farda militar dentro de um armário e diz em *off*: “Com essa farda da Aeronáutica dá pra passar mais de cinco milhões em cheque, só em Belo Horizonte...”

O Acadêmico Nilista, perdido entre tantas citações:

Para pensar sobre a questão terror/terrorismo no Brasil da ditadura militar, vale a pena uma leitura no livro de José A. Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato (ARGOLO; RIBEIRO; FORTUNATO 1996). Isso, tanto pelas virtudes da pesquisa, quanto pelos problemas que as opções narrativas centrais do livro trazem à tona, a começar pelo nome de Grupo Secreto, assim mesmo, em maiúscula, dado *pelos autores* ao grupo de civis e militares responsáveis por alguns atentados, ao longo do período da ditadura militar, sobretudo nos momentos antecedentes ao AI-5 e o final da década de 1970 começo dos anos 1980.

A tese de outro autor, Flávio Deckes (DECKES 1985) é a de que os atentados praticamente desapareceram entre 1968 e 1977 porque as ações dos grupos terroristas foram institucionalizadas em torno da estrutura do DOI-CODI a organização que uniu, a partir de 1970, polícias e forças militares no combate mais direto às organizações de luta armada e/ou de resistência clandestina ao regime, operando à margem da hierarquia militar tradicional. De modo muito semelhante ao grupo de Aladino, esse grupo “secreto” era composto por civis e militares de baixa patente, tendo contato com oficiais, como o coronel Freddie Perdigão e o general Ferdinando de Carvalho. Deu-se também a dinâmica de investigações superficiais e impunidade.

De acordo com os autores, a estrutura do “grupo” se baseava na teoria dos círculos concêntricos: setores distintos, vinculados um só eixo ideológico; no anel externo, os que não participavam das incursões violentas, como o caso do coronel Mendonça, codinome Camões, que provia armas e peças sobressalentes, ex-diretor do depósito de munições do exército, em Paracambi; no segundo anel, aqueles que participavam das discussões políticas, mas não sabiam dados concretos sobre as ações. Teóricos como Pedro Maciel Braga, general Camilo Borges de Castro, generais reformados Gérson de Pina e Ferdinando de Carvalho, e o anel interior era dos

“iniciados”, Pierre Richell, Hilário Corrales, Alberto Fortunato, Freddie Perdigão, Alexander Murillo Fernandes e outros. A imagem dos círculos concêntricos pode ser interessante, mas não a ideia, contradita pela própria estrutura desses “círculos”, de que havia algo como um Grupo Secreto, fechado em si mesmo. Isso porque, nos diferentes patamares, esses círculos parecem se abrir para relações complementares, tensas, com instituições e agentes governamentais.

Esses personagens e situações fazem parte da história da ditadura num sentido não meramente acidental: eles mobilizam ideias, conceitos, discursos recorrentes no período, da Ditadura e da Guerra Fria: operam seus dispositivos não com materiais exteriores àqueles estudados pela historiografia (como comunidade de informações, operações de contrainsurreição etc) – são instrumentalizados pelo Estado, ao mesmo tempo em que o instrumentalizam para seus próprios fins. Daí também a relação tensa, conflituosa, implícita nos termos comuns em documentos sobre o caso de Aladino: de que se tratava de um paradoxal terrorismo *a favor* do governo.

Aladino Félix, por sua vez, parece ter realizado alguns gestos simples, mas de grandes consequências. Se a ficção científica, os filmes de invasão alienígena, faziam parte dos mecanismos da chamada Guerra Fria Cultural (CANCELLI 2017) e do aparato tecnomidiático do terror, Aladino parece apenas ter tomado essas ficções ao pé da letra. Isso, além de se considerar, ele mesmo, o ator principal – novamente, ao pé da letra, as advertências da propaganda governamental diziam que o alvo principal da Guerra Fria eram as subjetividades, os sentimentos, as mentes de cada um. Gestos que podemos chamar de paranoicos, sem dúvida, mas feitos com a mesma matéria-prima da chamada normalidade imposta ditatorialmente.

A questão que fica é: em que ponto “começa” a corrosão do aparato de repressão. Isso parece pressupor que existe uma repressão racional, comedida, sistemática e, em outra parte, grupos que se movem pelo caminho do terror e que, em alguns momentos, “saem do controle”. Pensar assim pode

ser tranquilizador, mas não explica a disseminação de práticas semelhantes. É preciso lembrar que a exceção é a regra. Mas ao mesmo tempo, seria um erro pensar que um controle central comandava tudo. Que os agentes da violência, os heróis do combate à subversão, pudessem mesclar motivos "oficiais" e outros motivos em suas ações, desde ganhos financeiros a contatos com discos voadores. É preciso lembrar ainda que a própria "legitimidade" do governo derivava da tomada golpista do poder.

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: Novamente, a voz de apresentador de telejornal, com seus acentos caricaturais e avacalhados, assume um tom meditativo: "Quem era este marginal lendário, o mais famoso bandido nacional dos últimos anos? Um espantoso tarado sexual, um simples provocador, um gozador? Ou, então, seria um anormal, um mágico sem lei, um monstro apenas?"

O Narrador Historicista, ou o sofredor do mal-de-arquivo: No Jornal do Brasil, a 20 de setembro de 1968, 1º Caderno, página 13, uma nota informava que um laudo a cargo do Instituto Médico Legal confirmava a denúncia de que houve torturas contra 3 dos 9 suspeitos de atos terroristas do grupo de Sábado Dinotos, entre eles o próprio Aladino. Havia lesões em seu corpo, resultado de choques, socos, pontapés e de tortura no pau-de-arara. Um inquérito seria instaurado e a Corregedoria exigiria explicações sobre o ocorrido, a começar pelo delegado do Departamento Estadual de Investigações Criminais, Ernesto Milton Dias. Claudio Suenaga (SUENAGA 1999, p. 286) reproduz trechos da denúncia publicada pela Folha de São Paulo, a 14 de setembro de 1968: "Membros da quadrilha do terrorismo voltam a dizer que foram torturados". Aladino Félix declarou:

Os policiais do DEIC, delegados e investigadores são doentes mentais, tarados, bestiais, ladrões, torturadores e assassinos. Fui levado para uma sala pelo delegado Ernesto Milton Dias.

Fui despido e surrado. Até dentes me arreventaram. Aí, veio o suplício nas mãos. Meus dedos foram torcidos e sovados com uma peça de madeira, até que ficaram inchados. Em seguida, fui posto no pau-de-arara. Primeiramente ligaram dois cabos de bateria em meus pés e durante muito tempo fiquei sob aqueles choques tremendos. Nem sei quanto tempo, porque cerca de meia hora após iniciarem os choques, desmaiei. Acordei depois que me tiraram do suplício, entre 10h30min e meia e 11 horas. Introduziram um fio na minha uretra e outro no ânus, e fecharam a corrente ao máximo da amperagem. O aparelho que controla a amperagem ou a voltagem tem a semelhança de um pequeno piano, com cinco botões. Os dois últimos são vermelhos, indicando perigo de vida. Em mim, foi ligado ao máximo durante cerca de 15 a 20 minutos. Antes, desferiram um chute nos meus testículos. Perdi a consciência. Quando me voltou a razão, introduziram um fio em cada um dos meus ouvidos. Diziam que, depois daquilo eu morreria, ficaria cego ou louco, pois as minhas células cerebrais não resistiriam. À noite, voltei a ser supliciado. Amarraram um fio no meu dedinho do pé direito, enrolado com um pano molhado, para aumentar a corrente. O outro fio foi enrolado ao meu membro viril. Carga ao máximo! Gritou um dos torturadores. Meu membro viril, sob o efeito da corrente, chegou a queimar no lugar onde o fio foi enrolado. Perdi a consciência outra vez. Então, para ver se eu estava morto, um dos torturadores acendeu um isqueiro de gás e queimou o meu ânus. Muitos foram os torturadores, não sei os nomes de todos. Tomaram parte o delegado Ernesto Milton Dias e outros delegados, os investigadores Salvio, José, Gaúcho, etc., o soldado Lázaro da FP, um capitão do Exército, cujo nome não sei e um coronel da FP.

6 - ASP ACE 6976 81. *Ministério da Guerra. II Exército. QG. EMG 2ª Seção. Difusão CIE e SNI. Arquivo Nacional, Fundo SNI.*

O Narrador Historicista, ou o sofredor do mal-de-arquivo: No já citado relatório do DOPS/SP,⁶ o delegado Benedito Sidney de Alcântara comentava a atuação do general Paulo Trajano da Silva nessa trama (o general, ao que tudo indica, não foi figura destacada no contexto político da Ditadura Militar, mas serviu, nesse caso, de emissário, elo entre Aladino Félix e militares com grande força dentro do governo, como o general Jayme Portella). Aladino e Paulo Trajano eram próximos e mesmo amigos de muitos anos. Numa conversa, o vidente teria revelado ao general o plano conspiratório da

contrarrevolução dos revanchistas liderados pelo ardiloso Carlos Lacerda, no início de 1968. Seguindo sugestão do general, Aladino escreveu um relatório, entregue ao Diretor Geral da Polícia Federal, o terráqueo Florimar Campello. A peça literária do DOPS reproduz um interrogatório com Paulo Trajano da Silva, em que o general afirmava que, de fato, as autoridades do governo tinham acreditado na existência do plano de eclosão de uma conspiração nacional, a ser efetivada quando de discurso de Lacerda; daí as movimentações de tropas militares a 27 de janeiro de 1968 que causaram estranheza à imprensa, como se se tratasse de movimentos inquietantes de objetos não identificados no céu do Brasil. A Polícia Federal de São Paulo fornecera, ainda segundo Paulo Trajano da Silva, informação de que o terráqueo sob pseudônimo de Dinotos fora um “colaborador da revolução do março de 1964”. Dizia mais, o general: que ele ouvira de Dinotos sobre o furto de armas da Força Pública e que isso tinha sido antes do dia previsto para tal contrarrevolução revanchista, a 25 ou 27 de janeiro. Negava, porém, que dera apoio ou o que seria mais grave, que tinha inspirado as ações do grupo liderado por Aladino, ou ainda que era uma ponte de contatos imediatos de quarto grau entre Aladino Félix e altas autoridades do governo, bem como negava ter garantido impunidade ao grupo, dizendo que os livraria das investigações, mesmo que suas impressões digitais estivessem marcadas nos estilhaços de bombas e nos cenários dos atentados. Porém, escrevia o perplexo e lírico Benedito, acareações entre os outros acusados e o general confirmavam que eles falavam a verdade, uma vez que eles persistiram com sua versão, mesmo diante de alguém de posição mais alta na hierarquia militar.

Qual era a versão do grupo de Aladino? Que o general Paulo Trajano da Silva era uma ponte entre o grupo e o governo. Mais ainda, que os atentados promovidos pelo grupo não tinham sido idealizados pelo próprio Aladino e sim por essas pessoas ocultas dentro do próprio governo. Paulo Trajano era, portanto, apenas um garoto de recados a serviço de forças maiores, secretas, insondáveis. Que o objetivo dessas forças ocultas

era instaurar um clima de terror que tornasse inevitável o fechamento do regime. E que eles se viam como soldados e defensores da “Revolução de 64” e que, portanto, longe de serem inimigos do governo, estavam a seu serviço. O próprio governo do Brasil era, portanto, a força oculta que manipulava a tudo e a todos, visando a nada menos que, por meio de um sensacional autogolpe, conceder mais poder a si mesmo, o que se concretizaria em dezembro de 1968, com a decretação do AI-5!

O Acadêmico Nilista, perdido entre tantas citações:

O historiador Michael McClintock escreveu um extenso trabalho sobre as estratégias, as táticas e os manuais de contrainsurreição, luta armada, guerra contrarrevolucionária e contraguerrilhas que tanto marcaram a Guerra Fria na América Latina (MCCLINTOCK 1992). Desse livro, destacam-se pontos que parecem iluminar, ainda que com uma luz vermelha, aspectos importantes da lógica do terror como instrumento de controle social e mesmo como forma específica de desenho institucional. Aquilo a que no Brasil chamamos de Ditadura Militar pode ser pensado como um modelo de Estado, o Estado contrainsurrecional experimentado na Guatemala, na Argentina, e também no Vietnã e em outros países ao redor do planeta Terra. Em primeiro lugar, nos manuais militares da Guerra Fria, havia toda uma teorização sobre o terror como governamentalidade. O pressuposto desses manuais era o de que os grupos de luta armada, as guerrilhas, conseguiam apoio de uma população por meio de políticas de terror, e que, portanto, esse método deveria ser imitado pela contraguerrilha, no sentido de que um terror difuso garantiria o consentimento por parte da população (MCCLINTOCK 1992, p. 54). Segundo McClintock, uma das fontes de inspiração para esses manuais eram explicitamente reconhecidos como tais, os métodos da Wehrmacht e da SS na terrorização da população e sobretudo a cooptação de membros da resistência (MCCLINTOCK 1992, p. 59). O principal pressuposto derivado dessa experiência alemã era o de que a população somente apoiava os *partisans*

sob coação, colocando-se sempre em primeiro plano a questão da campanha por meio do terror, ou seja; o decisivo era saber quem tinha a iniciativa do terror. Paul Linebarger, um dos mais importantes teóricos do Exército dos Estados Unidos sobre a guerra psicológica, propunha que as experiências das guerras religiosas do passado fossem retomadas pelos estudiosos e estrategistas, devido ao fato de que a Guerra Fria seria, antes de tudo, questão de ideologia. Nesse horizonte, emergia o problema estratégico de como converter fiéis de um “credo inimigo”, de como combater heréticos, os “elementos subversivos” do pós-guerra. A guerra psicológica seria uma espécie de gestão da fé, das convicções. (MCCLINTOCK 1992, p. 278-279).

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: O Bandido se dirige aos espectadores do filme: “Vocês se lembrarão de mim como o mais perfeito dos bandidos encapuçados. Fui campeão de tiro ao alvo em Cuiabá e invencível pistoleiro profissional em Mato Grosso: com várias mortes.”

O Bestializado: Aladino Félix devia mesmo ser doido. Mas sabia fabricar bombas. Alguns tratavam Aladino como um vigarista. Mas ele parece pouco pragmático para ser um vigarista. Seria um vigarista messiânico? Paulo Trajano diz que era a favor de fechar o governo. Que Aladino tinha ajudado, de alguma forma, em 1964. Mas não tem nada sobre esse período de Aladino, entre 1964 e 1967. Ele já aparece “pronto” em 1968 pra levar seus contatos com discos voadores à conclusão do terrorismo a favor do governo. Aliás, ele era a favor do governo. Mas, e o governo? Estava a seu favor? O Bolívar Lamounier e os especialistas em democracia dizem que o lance é a estabilidade. O conflito, mas sempre dentro de regras. O governo, os partidos, as instituições, são importantes porque são como os tabuleiros que regulam essas regras. Até porque, se a cada dia as regras do jogo mudassem, qual seria o nome

do jogo? Mas esse caso aí do Aladino me deixa um pouco grilado. Será que além da estabilidade, os governos também precisam das crises? Será que a paz é só um sintoma do medo de tomar porrada?

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: J. B. da Silva, personagem caricatural do político corrupto, oferece aos espectadores um dístico: “Em política o verdadeiro santo é o que chicoteia e mata o povo pelo bem do povo”.

O Narrador Historicista, ou o sofredor do mal-de-arquivo: “Numa noite de 1959”, nos conta Suenaga, “surgiu inesperadamente um fato que mudaria definitivamente o curso da vida de Aladino. Nas centúrias de Nostradamus que já vinha traduzindo e interpretando, pensou ter encontrado uma referência à sua pessoa.” (SUENAGA 1999, p. 220). O resultado disso foi a publicação do livro *As centúrias de Nostradamus*, traduzidas do original por Sábado Dinotos, publicadas em 1965. Aladino divulgava seus escritos na cidade de São Paulo, e fazia reuniões com seus seguidores e palestras abertas ao público, em sua sala no Edifício Martinelli. Desde 1959 fazia algumas aparições públicas, dando inclusive entrevistas em programas da TV sobre seus temas prediletos: messianismo, profecias e discos voadores. Soldados e oficiais da Força Pública e alguns militares faziam parte desse círculo de leitores e frequentadores das palestras de Aladino. A política fazia parte dos temas discutidos – mais precisamente, as profecias, os discos voadores, o messianismo faziam parte desse tema mais amplo: a política.

Quanto às profecias de Nostradamus, o que nos interessa aqui é o método de tradução de Aladino Félix. Esse método, em que pese seu aspecto delirante, não diferia tanto assim dos métodos de investigação e produção de informações dos agentes de governo sobre a conspiração comunista internacional,

presente em todos os aspectos da vida brasileira. Aladino se valia de comparações históricas, derivações semânticas, semelhanças fonéticas, sempre à procura das forças ocultas escondidas na superfície das coisas. No caso, as profecias de Nostradamus. Por se tratar das profecias, a tradução também implicava uma filosofia da história que versava sobre o lugar do planeta Terra no sistema solar, o lugar do Brasil no planeta Terra, o lugar de 1964 no Brasil e o lugar do próprio Aladino Félix nesse drama de proporções cósmicas, em que os destinos da civilização eram decididos.

A preocupação de Nostradamus foi indicar o lugar, a época e as circunstâncias em que o Grande Rei surgiria. Com esse propósito em mente, desceu às minúcias, chegando a indicar o seu nome, os membros da sua família, sua profissão, suas condições sociais, seus amigos e inimigos, suas virtudes e seus defeitos. Para ele, o Grande Rei seria brasileiro, paulista, escritor, de origem humilde, humilhado pelos homens de sua época. (DINOTOS 1965, p. 3)

A tradução das centúrias é extremamente intrincada. Vão aqui apenas algumas indicações da metodologia de tradução de Aladino Félix. O verso "Faulx à l'estang ioinct, vers le Sagittaire" é traduzido por "Faulx com o martelo junto, do lado do Sagitário". Ora, dizia Aladino, *faulx* era a forma provençal do latim *falx*, foice; *estang* era martelo, trabalho de ferreiro; na Bíblia, estava indicado que Sagitário era a Itália. Portanto, a profecia era evidente: a foice e o martelo dirigira uma vigorosa campanha contra Roma (DINOTOS 1965, p. 15-16). Outro exemplo: o verso "la garde estrange trahira Forteresse" foi traduzido por "a guarda estranha trairá a Fortaleza." Nos comentários, Aladino aduzia que

Fortaleza é palavra usada em duplo sentido. Pode ser fortaleza, no sentido lato, ou uma pessoa com esse nome. Talvez alguém que se chame Castelo. Ele manda prender o Rei, porém, a guarda é substituída por pessoas que pertencem ao partido do Rei, enganando a guarda que sai. O Rei desfruta de confiança e proteção junto de pessoas de alta categoria. (DINOTOS 1965, p. 48)

O Rei, no caso, era mesmo ele, Aladino, e não Castelo. Há nas traduções de Aladino um fascínio pela catástrofe, pelo genocídio, pela morte instantânea e apocalíptica. De si mesmo, equiparando-se ao outro “mestre reconhecido pela humanidade”, Aladino escrevia que: “um foi pacífico, isto é, Jesus. O outro, chamado Sábado ou Sétimo, seria o sanguinário, que teria o seu poder aumentado e faria a terra desenvolver-se.” (DINOTOS 1965, p. 65). Percebe-se que Aladino encontrava muitas referências à política brasileira nas profecias de Nostradamus. Do verso “L’un de plus grands fuyera aux Espagnes”, Aladino deduzia que esse “grande que se refugiará nas Espanhas”, só poderia ser o *Fuehrer*, revelado pela consonância com o *fueyra*. Seria, portanto, possível que Hitler estivesse escondido na América do Sul, “sob beneplácito de certos países com tendências nazistas conhecidas.” (DINOTOS 1965, p. 84). Um “italo-argentino”, colaborador de Perón, conhecido de Aladino Félix, garantiu ao autor que “Hitler fora seu vizinho na Patagônia. Hitler raspava o bigode, e usava uma peruca. Estaria vivendo na zona rural.” (DINOTOS 1965, p. 155).

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: As vozes de um telejornal sensacionalista anunciam que: “Atenção Senhoras e Senhores: os estranhos objetos em forma de bolas luminosas continuam sobrevoando os céus de todo o Brasil, polarizando a atenção, sendo vistos nos mais longínquos recantos – Manaus, Recife, Porto Alegre, Natal, Paranacapuiba e Ribeirão Preto. As autoridades continuam em estado de choque.”

O Narrador Historicista ou o sofredor do mal-de-arquivo: Tão intrincada quanto a tradução de Nostradamus, é a política projetada no sistema solar pelos livros de Aladino Félix, ora sob pseudônimo de Dino Kraspedon, ora Sábado Dinotos. A dissertação de Claudio Suenaga, já citada, fornece descrições detalhadas, com extensas reproduções de textos do

próprio Aladino e é a leitura recomendada para quem quiser conhecer melhor os detalhes do sistema político-planetário de Aladino. Em linhas bem gerais, Aladino tinha a ideia de que a história terrestre era reflexo de conflitos interplanetários. Júpiter e Vênus eram as forças contrastantes. Júpiter, o planeta da raça superior, falante do hebraico. Vênus, a planeta infernal; e Marte, a tendência vermelha, comunista. Aladino, em suas palavras, era o contato direto das forças jupiterianas no planeta. A isso ele somava uma leitura bem singular da Bíblia, como relato das agruras raciais das tribos de Israel, em meio a discos voadores.

No livro publicado em 1967 sob o pseudônimo de Sábado Dinotos, *A antiguidade dos discos voadores*, Aladino escrevia que, depois de 1945, os discos voadores voltaram a aparecer com frequência. O que se passava era uma luta, em escala interplanetária, pelo “domínio universal”, sendo esse um “imperativo da Natureza”, tendência de domínio registrada até entre os animais. (DINOTOS 1967, p. 65-66)

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: Ouvimos uma voz feminina, com entoação de transmissão radiofônica, dizer sobre o Bandido: “Um bárbaro minhas ouvintes... Só pode ser um bárbaro porque a ciência não prevê tantos requintes de selvageria e perversidade... Um bárbaro ou (tempo) então um tarado. Nem os guerrilheiros de Belo Horizonte meu Deus, nem Brizola e Jango Goulart foram tão longe...”

O Bestializado: Ele passa garboso e saciado, um capuz diáfano, perceptível na sequência de triângulos iridescentes que se desdobram sobre sua cabeça, como um poente em céu poluído. Ele vai acompanhado pelo séquito mais lamentável de animais nojentos ou detestáveis, como a coruja, o urubu e o gavião, as três crias do azul terrível. À sua passagem, as pessoas não conseguem se conter e riem desbragadamente,

até as lágrimas. A euforia é estranha, um lance de possessão demoníaca, comentam os jovens nas igrejas, entre risos cada vez mais descontrolados. Mas a sensação de que seus músculos faciais estão sendo manipulados por dentro e, sei lá, algo como uma mão invisível nos força a rir sem motivo, conduz a uma sensação oposta: a desgraça. Suicídios se seguem, como as ondas que emanaram do capuz luminoso.

O historiador na sala de cinema. O Bandido da Luz Vermelha: Ao som de um bolero, cansado de sua vida de crimes, o Bandido se suicida, de modo espetacular, eletrocutando a si mesmo. Seu cadáver é encontrado por policiais. Final feliz? As vozes do telejornal sensacionalista anunciam que: “Sim naquela tarde os misteriosos discos voadores aproximavam-se do centro de São Paulo vindos do leste para o poder. Os invasores, aqueles mesmos objetos não identificados de forma circular e de cor amarelada, os invasores vieram para riscar o país do mapa... Os discos voadores atacam... É o Brasil em pânico... Sem nada a fazer... Só um milagre, meus senhores, só um milagre pode nos salvar do extermínio total...”

Considerações Finais

Os temas deste artigo são: as relações entre violência e normalidade simulada; terror e legitimidade política; pânico social, teorias paranoicas da Guerra Fria e suas instrumentalizações pela Ditadura Militar. Nenhuma das vozes que compõem este texto tem uma posição de superioridade hierárquica frente às outras, exceto pelo dado de que o filme *O Bandido da Luz Vermelha* foi adotado como matriz estética – considerando-se que estética e interpretação se complementam, ou, mais ainda, que forma é exegese, o que não redundaria num esteticismo vazio, a não ser que se considerasse que uma narrativa objetiva seria isenta de estética, constituindo-se como pura inteligência. Relembro, também, que a voz menos privilegiada por um leitor acadêmico, a do bestializado, é

justamente a que tornou necessária a estratégia narrativa adotada. Historicistas e niilistas são bem-vindos na chamada academia, bestializados não.

Não se trata, também, de um experimentalismo com pretensões de transgressão. A aposta, aqui, é, pelo contrário, a de que uma exploração na forma narrativa pode ampliar o alcance hermenêutico da escrita historiográfica. Evidentemente, nada impedia que esse texto fosse escrito segundo as regras do cânone – a não ser que muitas das questões aqui levantadas não caberiam nessas regras. De resto, recorde-se, com o conhecido poema de Álvaro de Campos (Fernando Pessoa), “Lisbon Revisited”, que não existem conclusões, “a única conclusão é morrer”, e que as pretensas conquistas da metafísica, da teologia, da ciência e da moral não são conclusão alguma. Que sejamos técnicos, mas isso apenas dentro da técnica. Fora disso...

REFERÊNCIAS

ARGOLO, José A.; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. **A direita explosiva no Brasil**. A história do Grupo Secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BORRADORI, Giovanna. **La filosofía en una época de terror**. Diálogos con Jurgen Habermas e Jacques Derrida. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2003.

CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural**. São Paulo: Intermeios/USP-PPGHS, 2017.

CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. *In*: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; GRANVILLE PONCE, J. A (Orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997, p. 471-483.

DECKES, Flávio. **Radiografia do terrorismo no Brasil**. 66/80. São Paulo: Ícone, 1985.

DINOTOS, Sábado. **A antiguidade dos discos voadores**. São Paulo: Edição do autor, 1967.

DINOTOS, Sábado. **As centúrias de Nostradamus**. São Paulo: Edição do autor, 1965.

FARIA, Daniel. Sob o signo da suspeita. As loucuras do poder ditatorial. **Antíteses**, v. 8, n. 15 esp., p. 221-240, nov. 2015.

GUILHOT, Nicolas. **The democracuy makers**. Human rights and the politics of global order. New York: Columbia Univeristy Press, 2005.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporanea**. Manifiesto por las ciencias sociales. Buenos Aires: Fondo de cultura economica, 2016.

MCCLINTOCK, Michael. **Instruments of statecraft**. U. S. Guerrilla Warfare, Counter-Insurgency, and Counter-terrorism, 1940-1990. New York; Pantheon Books, 1992.

PORTELLA, General Jayme. **A revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

QUADROS, Vasconcelos. **Atentados de direita fomentaram AI-5**. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/atentados-de-direita-fomentaram-ai-5/>. Acesso em: 1º nov. 2019.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. **A invenção dos discos voadores**. Guerra Fria, imprensa e ciência no Brasil (1947-1958). São Paulo: Alameda, 2015.

SCHRAMM, João Francisco. **A Força Aérea Brasileira e a investigação acerca de objetos aéreos não identificados (1969-1986)**: segredos, tecnologias e guerras não convencionais. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SGANZERLA, Rogério. **O Bandido da Luz Vermelha Argumento e roteiro de Rogério Sganzerla**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

SUENAGA, Cláudio. **A Dialética Do Real e do Imaginário: Uma Proposta de Interpretação do Fenômeno OVNI**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento**. Cinema Novo. Tropicalismo. Cinema Marginal. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Daniel Faria 
krmazov@hotmail.com
Universidade de Brasília
Brasília
Distrito Federal
Brasil

RECEBIDO EM: 02/ABR./2019 | APROVADO EM: 17/JUL./2019